

O TRABALHO FEMININO

790

Eva Alterman Blay

1. A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO

Nos últimos dez anos tem crescido a frequência de estudos a respeito da mulher. Tal fenômeno ocorre não só no Brasil mas pelo mundo todo. No Brasil, nos últimos quatro ou cinco anos é que o tema tem sido insistentemente pesquisado. Nos outros países a preocupação é um pouco mais antiga. Questiona-se: quais fatos tem estimulado o estudo da condição da mulher?

O próprio conteúdo destes estudos indicam os motivos que os tornaram necessários os quais diferem conforme as condições sócio-econômicas das regiões onde foram realizados.

Distinguem-se pelo menos 3 tipos de instituições que propiciaram investigações a respeito da condição feminina: estudos patrocinados por entidades governamentais, estudos motivados por associações femininas e estudos feitos com objetivos científicos.

Países de economia predominantemente industrializada e dotados de amplos setores automatizados como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, os países Nórdicos e mesmo o Japão tem realizado, por iniciativa, governamental, estudos a respeito do trabalho da mulher. Nestes países prolonga-se o período em que os jovens permanecem nas escolas e conseqüentemente retarda-se sua entrada na a-

tividade econômica. O índice de natalidade destas nações decresceu o que significa, a longo prazo, um crescimento reduzido da população e uma provável queda na população economicamente ativa. Por outro lado, o avanço tecnológico requer cada vez mais trabalho especializado. Estas razões alentam os governos a enfrentar uma já sensível carencia da mão-de-obra disponível. Torna-se necessário ampliar ao máximo a força de trabalho ativa. E a mulher-historicamente uma força de trabalho de "reserva" - passa a constituir o interesse das organizações governamentais que vizam mobilizar todas as reservas de trabalho.

Este tipo de investigação é peculiar aos países carentes de mão-de-obra, situação esta minorada pela utilização de trabalhadores estrangeiros temporários. A mulher é visada como solução definitiva. O problema da falta de mão-de-obra não é a condição dos países do 3º mundo e do Brasil em particular que sofrem justamente do oposto: excesso de mão-de-obra embora não qualificada. Nestes países não se trata de mobilizar mais potencial de trabalho senão de mantê-lo na inatividade por falta de mercado. A estrutura das ocupações não cresce na mesma medida em que cresce a população.

As investigações de iniciativa estatal só nam-se publicações, na maioria das vezes não científicas, patrocinadas por entidades femininas ou redigidas por líderes de movimentos femininos.

Dentre as áreas onde a participação feminina se faz sentir é no trabalho que as maiores mudanças tem ocorrido. A bibliografia sistemática sobre o trabalho da mulher remonta a pelo menos 1861, (1) quando surgiram estudos focalizando a inserção

(1) International Labour Office-BIBLIOGRAPHY ON WOMEN WORKERS-Genebra 1970.

do trabalho feminino na organização econômica. A posição social da mulher altera-se acompanhando as transformações sociais que perpassam permanentemente as várias nações. Alguns momentos, no decorrer do tempo, sobressaem por exigir ou propiciar comportamentos sociais inovadores. A revolução industrial, a primeira e a segunda guerras mundiais, foram períodos que permitiram à mulher desempenhar atividades extra-domiciliares diferentes daquelas que a organização e a estrutura social lhes atribuía. Uma participação mais ampla em certas atividades econômicas provavelmente estimulou reivindicações de maior participação em outros setores da sociedade. Surgiram, nas primeiras décadas do século XX, as reivindicações políticas.

Os movimentos femininos objetivam conseguir transformações de certo modo semelhantes a aquelas propostas por organismos governamentais. Querem maiores oportunidades de trabalho, proscricção das discriminações em vigor de fato ou ainda inscritas na legislação, igualdade salarial. Estas reivindicações reproduzem as condições que concretamente existem e que são sentidas pelas mulheres. Indicam normas e valores em vigor. Ajudam a compor a posição social e as normas do comportamento feminino.

Os estudos de patrocínio governamental e aqueles derivados de grupos femininos organizados apontam dois aspectos da condição sócio-econômica da mulher: a presença de uma força de trabalho feminina inativa em países carentes de mão-de-obra e uma genérica discriminação que envolve a trabalhadora.

A imagem da posição feminina se completa à medida em que investigações científicas se realizam desvinculadas de interesses particulares. Estudos científicos proliferam nos últimos 10 anos e confirmam os aspectos apontados; procuram manter objetividade e não se envolvem com os inevitáveis as-

pectos valorativos do tema.

Um dos mais lúcidos estudos feitos sobre a mulher escandinava destroi noções tão facilmente aceitas de que naquela região a mulher está inteiramente equiparada ao homem. Harriet Holter (2) ao expor a condição social da mulher norueguesa, dinamarquesa e sueca, esclarece que ela está envolvida por uma duplicidade de padrões: a "ideologia oficial" e "os padrões de realidade".

Segundo a "ideologia oficial" a mulher e o homem tem os mesmos direitos e deveres. Legalmente ambos estão equiparados e os últimos restos de desigualdade inscritos na constituição estão sendo revogados por iniciativa do próprio organismo governamental. Portanto, oficialmente, a mulher pode frequentar qualquer escola, trabalhar onde quiser e deve ganhar o mesmo que um colega de sexo masculino que execute igual tarefa.

Na vida quotidiana, porém, a situação "de fato", é regida por padrões que não se harmonizam com a "ideologia oficial". Os padrões e valores que regem o comportamento quotidiano dos indivíduos excluem as mulheres de determinadas posições. No trabalho elas ocupam postos hierarquicamente inferiores, são menos bem remuneradas e não participam de algumas atividades e trabalhos (por exemplo de postos políticos). Embora possam estudar as matérias que queiram são induzidas a frequentar os cursos de línguas, farmácia, e psicologia; Ciências teóricas, direito, e economia não as atraem.

Portanto, a posição social da mulher escandinava é regida por uma dupla ordem de padrões, os oficiais e os reais. O panorama descrito é mui-

(2) Holter, Harriet -SCANDINAVIA- in Patai, Raphael -WOMEN IN MODERN WORLD. The Free Press, New York, 1967. p. 437 e sgs.

to similar ao encontrado na maioria dos países industrializados, e provavelmente, dos não industrializados também.

O exemplo da mulher escandinava foi tomado propositadamente por ser ela considerada a mais avançada do mundo. Vista da perspectiva de um país patriarcal, latino americano e não desenvolvido, ela é imaginada como uma mulher inteiramente livre de discriminações. No entanto, percebe-se que quando analisada dentro de seu respectivo meio e confrontada com seus companheiros masculinos, ela ocupa no interior da estrutura social uma posição desigual e inferior.

A mobilização da mulher, como um elemento da sociedade, varia conforme as necessidades dos países. Organizam-se políticas com propósitos próprios independentemente das reivindicações das mulheres e homens. Comparem-se, por exemplo, duas políticas que se estão estruturando na Hungria e na Inglaterra. Na Hungria verifica-se uma queda considerável no índice de natalidade, o qual poderá causar consequências consideradas inadequadas pelo próprio país. Tomaram-se, em consequência, "medidas de fomento da natalidade às expensas do emprego feminino, oferecendo às mães uma compensação monetária semelhante aos salários durante alguns anos após o nascimento de seus filhos, com a condição de que deixassem de trabalhar". (3)

(3) Berent, Jersy - ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DEL EMPLEO DE LAS MUJERES EN EUROPA ORIENTAL Y EN LA URSS. Revista Internacional del Trabajo Feb. 1970 - Nº 2 - vol. 181 - pág. 197-217.

Na Inglaterra, o problema é diverso. Prevalece o interesse em aumentar a mão-de-obra ativa. Sob os auspícios da "Organização para a Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento" (4) procedeu-se a um estudo sobre o reingresso da mulher no mercado de trabalho. Pretende-se mobilizar a mulher de aproximadamente 35 anos que já trabalhou, e reincorporá-la ao mercado de trabalho. Procedeu-se a uma estimativa do custo social que o trabalho desta mulher representa quando ela permanece em casa ou quando ela retorna a um emprego.

Portanto, decisões são tomadas com a finalidade de incrementar ou reduzir a participação econômica da mulher independentemente dos interesses ou vocações que elas, como indivíduos manifestam.

2. O MERCADO DE TRABALHO PARA A MULHER NO BRASIL

As investigações realizadas nos mais diversos países sugerem que a mulher no trabalho não ocupa, em parte alguma, posição equiparada à do homem. Constantemente ela sofre discriminação salarial e é induzida a desempenhar limitadas tarefas. A variação está no grau desta discriminação.

As mudanças a respeito da condição feminina são lentas e respondem à necessidade do mercado de trabalho. Nos países europeus, que carecem de força de trabalho, os aspectos discriminatórios estão sendo atacados afim de mobilizar a mulher e incorporá-la ao mercado de trabalho. Em países não de

(4) Seer, B.N. RE-ENTRY OF WOMEN TO LABOUR MARKET after an interruption in employment-Organization for economic and development - Paris 1971.

envolvidos, onde a estrutura ocupacional oferece poucos lugares de trabalho remunerado, a mulher é mantida em sua condição desigual afim de evitar que ela pressione o mercado de trabalho já saturado.

Portanto não é propriamente uma decisão da mulher ou uma reivindicação de grupos femininos que vai decidir se a força de trabalho deverá ou não contar com o trabalho da mulher. As decisões decorrem de outras partes do sistema.

As condições do mercado de trabalho brasileiro são contrárias às de certos países desenvolvidos: tem um excesso de mão-de-obra. Acresce-se que a longo prazo não se visualiza uma redução do índice de natalidade que provoque um decréscimo na oferta de trabalhadores. É dentro destas condições gerais que o trabalho feminino precisa ser considerado. Ele se situa como uma parcela a mais numa elevada e pressionante força de trabalho disponível.

Várias consequências resultam das condições do crescimento populacional brasileiro, da oferta de força de trabalho e da rigidez da estrutura de emprego. Uma delas é a desvalorização do valor trabalho. Uma segunda consequência é a imposição de critérios seletivos sobre qual a parcela da força de trabalho deve ser mobilizada.

Aternos-emos a discutir apenas a segunda consequência apontada.

O ritmo de crescimento da população brasileira nos últimos 20 anos se faz a uma taxa de 2,8% ao ano o que significa que ela quase dobrou (passou de 52 para 93 milhões). Em 1950 a taxa de ocupação masculina era de 91,4% (5) e passou para 87,3% em

(5) Singer, Paul I. FORÇA DE TRABALHO E EMPREGO NO BRASIL - 1920-1969 - Cadernos. Cebrap 1971.

1970 (6). Portanto houve uma redução percentual de 4,0%.

Em 1950 a taxa de ocupação feminina era de 14,6%. Em 1970 esta taxa elevou-se para 22,3%, portanto cresceu 7,7%.

Embora estejamos utilizando os dados do Censo de 70 que são consideravelmente diferentes dos do PNAD para 1969 (3º trimestre) as linhas gerais da evolução da força de trabalho analisadas por Singer que utilizou o PNAD, mantêm seu poder explicativo. Considera ele que a redução na taxa de participação masculina deve-se a uma retração na participação de jovens e de homens com mais de 55 anos. Aqueles por que tem estendida sua escolaridade e estes porque tem mais dificuldades de encontrar trabalho.

Com relação às mulheres considera ele que a elevação na taxa de participação reflete: 1º) um aumento generalizado que atinge mulheres com mais de 20 anos; 2º) a urbanização que reduz obstáculos sociais. Gostaríamos de discutir esta segunda afirmação.

Atualmente há no Brasil 6 milhões de mulheres economicamente ativas. Isto significa que apenas a quinta parte da força de trabalho empregada é constituída por mulheres.

Do total de mulheres empregadas 21% estão em atividades primárias; 10% em atividades indus-

(6) Todos os dados de 1970 foram calculados a partir' do Censo de 1970 para população com mais de 15 anos de idade.

triais, e 69% em atividades terciárias (7). Este panorama varia de região para região como se pode ver no Quadro I.

A taxa de atividade feminina varia desde 18,7% (Minas Gerais e Espírito Santo) até 26,5% (S. Paulo).

O desenvolvimento industrial e a urbanização nos últimos 20 anos alterou a estrutura de emprego do país transferindo do setor agrícola para o terciário a maior quantidade de ofertas de trabalho. As mulheres economicamente ativas passaram a se integrar neste setor mais aberto de atividades. Entretanto nos estados do Maranhão e Piauí mais da metade das mulheres continuam trabalhando na agricultura; em Sergipe e Bahia quase a metade das trabalhadoras estão neste setor; e no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul 1/3 das mulheres economicamente ativas ligam-se à agricultura.

Nos Estados compreendidos entre o Ceará e Alagoas e nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde a proporção de mulheres que trabalham na agricultura é respectivamente de 24% e de 12% há também uma menor taxa de atividade em geral.

Estes dados nos sugerem que nos Estados onde continua havendo trabalho no setor agrícola a mulher emprega-se nesta atividade. Nas regiões onde este setor não lhe oferece trabalho ela se transfere para o terciário. Quando o terciário

(7) Atividades primárias compreendem agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca; atividades terciárias englobam: comércio de mercadorias, prestação de serviços, transportes, comunicações e armazenagem, atividades sociais, administração pública.

é pouco desenvolvido e a agricultura não mais absorve a mão-de-obra feminina a taxa de atividade feminina cai.

Portanto, se o mercado de trabalho oferece oportunidade, seja no setor que for, a mulher nele se integra. As variações entre as regiões quanto à participação da mulher refletem exatamente a estrutura econômica e o mercado de trabalho que nelas se desenvolvem. A taxa do trabalho feminino não se eleva apenas porque houve uma expansão do terciário. Ela já trabalhava e continua trabalhando na agricultura ou na indústria quando estas estão presentes e absorvem trabalho. A mulher se transfere para o setor terciário quando ela não encontra mais oportunidade de trabalho em outros setores. E não são os obstáculos sociais que a impediam de trabalhar, pois ela trabalhava no setor primário. É uma retração geral do mercado de trabalho agrícola que a expõe de exercer aí uma atividade economicamente ativa. Ela passa a buscar trabalho onde ele aparece.

Não se ignoram os obstáculos sociais que impedem a realização de determinadas tarefas remuneradas e que dificultam a participação de mulheres de classe média e alta. Mas quando se fala de trabalho agrícola, a camada feminina que trabalha é aquela de menores recursos. E esta não tem escolha, os obstáculos sociais são inferiores às exigências de trabalho para prover à própria subsistência. No entanto, os efeitos dos preconceitos contra o trabalho feminino certamente devem ter agido no sentido de ignorar a presença deste tipo de trabalho quando são coletados os dados censitários. Isto é, sugere-se que quando um entrevistador do censo recolhe informações sobre o trabalho em região agrícola ele simplesmente não computa o trabalho feminino. Sua imagem é a de que o chefe da família é responsável pelo trabalho e apenas ele é arrolado como traba-

lhador. O trabalho da mulher é suposto como ocasional, temporário, ou catalogado em outra condição que o exclua de ser considerado ativo.

Estas conclusões são sugeridas pelo contraste entre as percentagens de mulheres que trabalham no setor primário conforme dados censitários e o confronto deles com os estudos de Sociologia Rural que estão se realizando no Brasil e que invariavelmente revelam a presença ativa e constante da mulher em todas as atividades rurais.

Por outro lado, os dados do PNAD corroboram estas afirmações. Eles demonstram que as maiores taxas de participação da mulher na população economicamente ativa são encontradas nas regiões V (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia) com uma taxa de 39,3% e na região III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) com 37,7% da população feminina com mais de 15 anos trabalhando. Estas duas regiões não podem ser consideradas industrializadas pois tem mais da metade de suas populações economicamente ativas empregadas na agricultura. E, possivelmente em decorrência dos critérios adotados nesta coleta de informações, seja observada a magnitude concreta da força de trabalho feminino.

Portanto, apesar de não termos o apoio dos dados do Censo de 70 mas apenas do PNAD, reafirmamos que nos Estados onde o mercado de trabalho agrícola é vasto, a mulher a ele se integra amplamente.

O trabalho na Indústria - S. Paulo

As transformações sociais tem sido vinculadas à presença da industrialização. Da população economicamente ativa em 1970, 22,6% exercia ativida-

des industriais (8). Deste total, 644 mil são mulheres o que representa 12%. Portanto não se pode considerar o país industrializado mas em processo de industrialização. Resta investigar como este processo afeta o trabalho feminino.

O trabalho industrial, numa divisão grosseira, compõe-se de dois tipos de tarefas, qualificadas e não qualificadas. Na estrutura ocupacional da indústria reconhece-se uma hierarquia dos pontos ordenados a partir do desempenho profissional. Lopes e Pastore definem como profissionais de nível médio todos aqueles "que desempenham funções que exigem especialização e/ou exigem um certo nível de supervisão e coordenação nos setores de produção, administração, planejamento e manutenção" (9).

Os profissionais não qualificados são aqueles que exercem tarefas para as quais, em geral, requisita-se rápido aprendizado. Este pode ser adquirido na própria indústria.

Dados do DNMO analisados por aqueles autores indicam que em 1969, para cada 4 homens havia uma mulher trabalhando na indústria, em S. Paulo. A predominância feminina se faz sentir em dois ramos industriais: têxtil (fiação e tecelagem 51,30%) e Calçados e Vestuário (57,60%) (10). No extremo opo

(8) Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - op. cit. p. XXIX

(9) Lopes, João C. e Pastore, José - A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA NA INDÚSTRIA-IPE, 1971, p. 14.

(10) Lopes, J.C. e Pastore, op. cit. 1971, p. 41.

to estão as indústrias Metalúrgicas e de Construção e Reparação de Veículos (respectivamente com... 5,7% e 6,0%). Dentre as demais salientam-se as indústrias Químicas e Farmacêuticas (com 25,8%) e a de Artefatos de Plásticos (com 26,6% de participação feminina).

A proporção da mulher na indústria reduz-se à medida em que se eleva o grau de qualificação do cargo. Nas tarefas não especializadas, para cada 3 homens há 1 mulher trabalhando; nas tarefas de nível médio, para cada 6 homens há 1 mulher. E, entre profissionais de nível superior, para cada 19 homens há 1 mulher (11).

Mulheres de nível médio são encontradas em proporção considerável (41,37%) apenas na indústria de Calçados e Vestuário. Na indústria Química e Farmacêutica constituem 28,04% e na Indústria de Construção e Reparação de Veículos perfazem 16,8%.

Mulheres com formação em cursos superiores praticamente não participam da atividade industrial. Elas não aparecem na indústria têxtil, de calçados ou vestuário, na de papel e papelão, na de artefatos de plástico, na mecânica e de materiais eletrônicos e na de construção e reparação de veículos. Participam, numa proporção de 15% com relação aos homens de mesmo nível, na Indústria Química e Farmacêutica.

Os dados expostos levantaram várias dúvidas algumas das quais discutiremos utilizando certos elementos de pesquisa ainda não completada que estamos realizando neste setor.

(11) Lopes, J.C. e Pastore, J. op. cit. 1971, p.70.

A indústria é considerada a atividade inovadora por excelência. Ela por si mesma e por suas consequências é apontada como fator de modernização, de desenvolvimento, de avanço econômico. Quando se fala em industrialização e em urbanização tende-se a supor a criação concomitante de condições de ampla participação da mulher em atividades remuneradas.

Entretanto, como vimos pelos aspectos quantitativos, a presença do trabalho feminino é reduzida e diferenciada. Em tarefas não especializadas, semelhantes qualitativamente a aquelas que a mulher exerce no setor primário, utiliza-se o trabalho feminino. Setores que dedicam-se à elaboração de produtos tradicionalmente executados pelas mulheres em seus domicílios, absorvem o trabalho feminino. Porém, apenas nas tarefas não especializadas que ocorre quando se ascende às tarefas especializadas?

Além da redução quantitativa opera-se uma seleção qualitativa nas tarefas a serem exercidas pelas mulheres, mesmo no interior da indústria.

Dentre os cargos onde são encontrados mulheres a maioria classifica-se como ligados às atividades administrativas da empresa. Em segundo lugar estão os cargos que prestam serviços de saúde e assistência ao pessoal trabalhador. No primeiro caso situam-se os cargos de secretária, escriturária, contabilista, tradutora. No segundo caso as enfermeiras e as nutricionistas.

Isto é, se confrontarmos os postos ocupados por mulheres no interior da indústria e aqueles que ela ocupa no setor terciário, vemos que há uma semelhança de gênero. No setor terciário as mulheres predominam nas tarefas de prestação de serviços e nas atividades sociais. Nas primeiras incluem-se

todas as formas de serviços domiciliares e nas segundas inclui-se ensino, assistência médico-hospitalar, previdência social, administração pública, etc.

Observa-se pois que no interior de empresa há uma estratificação de base sexual para o exercício do trabalho. E os critérios desta estratificação repetem os mesmos critérios em vigor em outras atividades econômicas. Assim, mesmo que as mulheres ascendam a cargos de nível médio ou superior na indústria, as tarefas que lhes são destinadas são do gênero administrativo ou vizam a prestação de serviços. É diminuta sua participação na produção.

A condição do trabalho da mulher na indústria pode ser focalizada de múltiplos ângulos e em todos eles se verifica que sua habilitação profissional não se desliga de sua situação de sexo. Esta atitude é adotada não só pela empresa como pela própria trabalhadora. Ela se prepara para tarefas consideradas femininas. Ela aceita cargos considerados femininos. Ela procura funções femininas.

É claro que há exceções, mas não chegam a modificar a posição da mulher no trabalho industrial. Assim observa-se que uma mulher trabalha como professora em uma escola ou como professora encarregada de treinamento na indústria. Ela pode ser universitária, formada em letras e trabalhar como secretária bi-lingue. E ela pode ser economista, trabalhar numa indústria e afirmar que "de fato, não trabalho em indústria mas em escritório" quando executa tarefas que na verdade são de escritório.

Portanto a indústria, não tem servido para modificar a posição social da mulher através de seu trabalho. A industrialização tem servido para

confirmar a posição que a mulher ocupava anteriormente reinterpretada dentro das novas oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

A necessidade de apresentar em curto espaço de tempo um problema complexo como o da condição do trabalho feminino nos obrigou a apressar conclusões sem uma análise sistemática dos fatos que as suportam. Apesar desta falta de rigor o que se queria destacar é que:

- 1 - O trabalho feminino, como parte da força de trabalho, sofre pressões semelhantes em países de diferentes graus de desenvolvimento econômico.
- 2 - As pressões sociais encobrem mas não conseguem impedir a participação econômica da mulher.
- 3 - A industrialização, em particular a brasileira, utiliza o trabalho feminino em tarefas tradicionalmente femininas.

Comunicado apresentado na XXIX Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, (São Paulo, 2 à 8 de julho de 1972).

*** *** ***

QUADRO I
MULHERES ECONOMICAMENTE ATIVAS SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE: 1970

SETOR DE ATIVIDADE	BRASIL	MARANHÃO	CEARA, R.G. DO N. Pa., Pe., ALA-GOAS, F. DE NOR.	SERGIPE BAHIA	MINAS ESP. SANTO	RIO E GUANA BARA	S. PAULO	PARANA	SANTA CATARINA R. GRANDE DO SUL
Primário	20,9	59,3	24,3	42,3	12,6	1,1	7,4	36,9	32,4
Secundário	10,4	4,5	12,3	4,5	5,4	10,0	19,7	3,3	9,1
Terciário	68,7	36,1	63,4	53,1	82,0	88,9	72,9	59,7	58,5
TOTAL (100%)	6.148.179	301.727	839.821	544.518	705.330	745.740	1.502.525	378.257	745.963
Taxa Atividade Censo	22,3	23,4	19,0	22,5	18,7	24,9	26,5	20,3	25,8
Taxa Atividade PNAD	33,6	-	39,3	-	27,3	26,5	30,4	37,7	37,7

BRASIL: TAXA DE ATIVIDADE
Censo 22,3 33,6
PNAD
FEM..... 22,3 33,6
MASC..... 84,4 84,7